

Os rios do tempo fluem através das filhas da minha casa, e das filhas delas. São elas que fazem o bem do mundo e que o transmitem, porque lembram o futuro.

Para Georgie, Maddie e Eva, com amor.

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	11
1. Confrontando o perigo de um mundo em aquecimento	21
2. Tecnologia e o futuro	53
3. Justiça e direitos	107
4. Relativismo	145
5. A solução	161
<i>Bibliografia</i>	179
<i>Notas</i>	183
<i>Índice remissivo</i>	201

INTRODUÇÃO

Será que os seres humanos conseguem concordar com um conjunto de valores que nos permitam enfrentar as variadíssimas ameaças que nós e o nosso planeta enfrentamos — *nós*, coletivamente, dado não haver exceções para um grupo específico de pessoas ou para uma nação no que diz respeito aos problemas em questão?

Ou vamos continuar com as discordâncias, rivalidades e antipatias, ainda que coletivamente estejamos a aproximar-nos do que, no extremo que não é impossível, poderá representar ameaças globais drásticas que constituem até um risco de extinção?

Se há um conjunto de valores com os quais possamos concordar, uma perspetiva ética universal que possa afastar-nos das consequências das nossas atividades e escolhas históricas, que conjunto é esse? Como havemos de começar a ultrapassar a diversidade de atitudes entre culturas quanto — para dar exemplos capitais — às fontes e usos da autoridade social e política, aos imperativos económicos, à justiça, religião, discriminação e preconceito, quanto à posição das mulheres na sociedade, ao sexo e à sexualidade, quanto à ciência e à evolução, quanto aos enleados e muitas vezes dolorosos legados da história, e quanto à maneira de lidar com o desafio da mudança climática? Será uma utopia sem esperança visar o fim da divisão, do conflito e da discordância, pretendendo-se ao invés que toda a humanidade encontre um terreno comum para resolver os problemas que o nosso planeta e os seus povos enfrentam?

O problema do *relativismo* na ética — «o que eu penso que é bom, pensas tu que é mau», sem haver aparentemente maneira de resolver

a contradição — é desde há muito bem conhecido. Na segurança da teoria, uma solução aqui é «viver e deixar viver», aceitando-se que é irreconciliável. Mas no domínio da prática, no nosso mundo inevitavelmente globalizado, isso é um luxo a que não podemos entregar-nos, porque quando as perspectivas colidem, o resultado é demasiado frequente e literalmente desastroso, como se vê nos atos de terrorismo e nos conflitos entre etnias e religiões.

A expressão usada na frase anterior, «no nosso mundo inevitavelmente globalizado», capta uma parte de leão do problema que a humanidade enfrenta.

A globalização — uma palavra tão abusada que qualquer uso que dela se faça parece um chavão — tem uma longa história. Na sua forma moderna, começou no século XV EC, quando o infante D. Henrique, *o Navegador*, encorajou os marinheiros do seu país a explorar, um processo que se transformou na procura de rotas marítimas para as fontes dos desejados produtos orientais, em particular as especiarias. Até então, estas valiosas mercadorias tinham sido transportadas para as orlas marítimas árabes, de onde eram laboriosamente transferidas para a costa mediterrânica às costas de camelos. Em finais do século XVI, na pegada dos homens do mar portugueses, os navios comerciais europeus, navegando para lá do equador e do cabo da Boa Esperança, tornaram na prática essa rota redundante. Muito rapidamente começaram então a transportar cargas humanas — escravos — para ocidente, para o Novo Mundo, trazendo ouro e prata, e mais tarde açúcar, algodão e tabaco.

À medida que a globalização aumentava, quase exclusivamente na forma de comércio e colonização, disseminou as ideias, fés e modos de vida europeus pelo planeta, introduzindo profundas mudanças nas sociedades que encontrou pelo caminho. O processo foi parcial e gradual, enquanto as comunicações estavam limitadas pela distância. A completa globalização tornou-se iminente quando as comunicações internacionais, rápidas e de confiança, por comboio, telégrafo e correio, se difundiram, e atingiu o seu recente apogeu com as viagens aéreas universais e com a Internet.

A globalização só se suspende ou recua se ocorrer uma imensa catástrofe planetária que perturbe as milhões de conexões que acabaram por envolver todo o planeta. Uma causa possível seria uma doença pandémica, que poderia diminuir as manifestações físicas da globalização até se encontrar maneiras de controlá-la; a pandemia

da Covid-19 é um aviso sóbrio do que o futuro poderá reservar-nos. Outro é o facto de a Internet se ter revelado uma plataforma para tanto conteúdo danoso, o que poderá ter como resultado a imposição da censura e do controlo, diminuindo também a versão eletrónica da globalização. Porque o facto de o mundo estar interconectado é uma das chaves da economia, restando poucos sítios que possam ter a esperança de florescer sem o cordão umbilical que os ligam a outros sítios e a outras pessoas, e pelo qual fluem as trocas económicas e culturais, o recuo da globalização terá efeitos negativos, assim como positivos. Por exemplo, irá reverter a marcha lenta e desigual em direção à redução da pobreza mundial, e poderá exacerbar os problemas da desigualdade e da injustiça económica que têm sido fatores de monta na ascensão do populismo de extrema direita nas primeiras décadas do século XXI.

Como a pandemia do Covid-19 mostrou, o grau de interconexões do planeta é um risco, e também um benefício. À parte as pandemias, as interconexões promovem a competição económica e também a dependência mútua, e, porque o sucesso económico depende do crescimento e dos lucros, que por sua vez dependem do controlo de custos e da promoção do consumo, isso faz aumentar a pressão na tessitura física e social do planeta. De maneira que, mesmo quando as coisas correm bem, as técnicas mais intensivas de produção, a inovação tecnológica constante e os movimentos crescentes de pessoas dão origem a problemas, e ameaças, demasiado frequentemente, além de aumentarem a riqueza e o conhecimento.

As ameaças incluem a mudança climática antropogénica — causada pelos seres humanos —, doenças epidémicas, usos malévolos ou danosos de tecnologias como os programas informáticos de espionagem e os sistemas autónomos de armamento, dando então a competição lugar ao conflito, e a reações violentas por parte de grupos cujos valores tradicionais estão sob a ameaça de várias formas de modernização. A globalização também levanta questões acutilantes sobre os direitos humanos e a justiça social e económica, dadas as pressões que exerce na procura persistente de trabalho barato, novos mercados e recursos naturais, com a justaposição conseqüente de perspectivas valorativas mutuamente hostis ou em competição. Os conflitos obrigam os refugiados a atravessar fronteiras, as disparidades económicas promovem a migração, sendo as pessoas tanto empurradas como atraídas: empurradas pelas privações ou conflitos nos seus países, e atraídas pelo

magnetismo da riqueza e da paz alhures — uma dinâmica que vem de longe, mas problemática num planeta mais sobrepovoado.

À medida que o mundo se globaliza e o ritmo da mudança tecnológica aumenta, as perspectivas mais tradicionais — sem esquecer as que envolvem a religião e o nacionalismo — conspiram para resistir à sua influência, aumentando o conflito. Os conceitos de raça, sexo, gênero, sexualidade, valor educativo e biologia tornam-se conseqüentemente focos de dificuldade e contestação.

Quase todos os problemas são insuscetíveis de solução ou sequer gestão no interior das fronteiras de um único estado. A globalização quer mesmo dizer *globalização*. De longe o exemplo mais óbvio é a mudança climática antropogênica. Só um esforço concertado global pode pôr fim ao aumento das temperaturas do planeta para lá dos níveis em que muitas espécies são empurradas para a extinção e grande parte da própria humanidade fica em perigo. Mas precisa-se também de esforços globais para lidar com doenças pandêmicas; precisa-se de acordos globais para controlar o desenvolvimento de tecnologias potencialmente perigosas, especialmente tecnologias de armas; precisa-se de acordos para resolver os problemas que causam conflitos, migrações em massa, violência e riscos para a estabilidade tanto nacional como internacional.

E eis aqui, portanto, o problema em causa: não há um conjunto mundial de valores que se possa invocar para fundamentar acordos quanto ao que fazer e não fazer em nome da humanidade e do planeta em todos estes aspetos. Esta pergunta, por isso — *Será possível ter um sistema universalmente aceitável de valores?* —, conta como uma das mais importantes que a humanidade pode fazer a si própria, na esperança de conseguir uma resposta positiva.

Acontece que, depois de examinados, estes problemas diferentes têm realmente uma solução única, que não é óbvia até a sua explicação mostrar por que razão é correta, ponto em que, paradoxalmente, se torna óbvia. Para o compreender, e mais em particular para compreender como se pode pô-la ao serviço da humanidade, precisamos de ver por que razão necessitamos de um acordo globalizado para lidar com cada um destes problemas. Neste livro, procuro fazê-lo, centrando-me em três dos desafios mais prementes que o mundo enfrenta: a mudança climática, os aspetos inquietantes do desenvolvimento tecnológico e os défices de justiça social, económica e política.

O primeiro problema, o aquecimento global, é ou devia já ser bem conhecido. É possivelmente o problema mais tratável que o mundo enfrenta, entre os mencionados, porque as maneiras de reduzir o ritmo do aquecimento, de mitigar os seus efeitos, e de nos adaptarmos a algumas das suas consequências, são conhecidas e estão ao nosso alcance — desde que a humanidade como um todo trabalhe em conjunto, e de maneira a partilhar os custos e ónus de o fazer. A ação exigida diz respeito à produção e consumo — o que é dizer: à atividade económica; logo, às economias. À primeira vista, uma redução direta da produção e consumo parece sugerir uma redução nos padrões de vida e na qualidade de vida de todos, mas sobretudo nos países mais ricos do mundo. É isto que tem feito os partidos políticos que formam os governos destes países relutantes em adotar o tipo ou pelo menos o grau de ação necessária. Mas as soluções não obrigam a uma diminuição dos padrões de vida, e na verdade é melhor que não o façam, dado que elevar as populações acima da pobreza obriga por si a aumentar a produção e consumo de que dependem os padrões de vida. Logo, são os meios e métodos de produção, e o que é consumido, que têm de ser os alvos da ação relativa à mudança climática: o uso integral de fontes de energia limpa e renovável é um objetivo capital, o desenvolvimento sustentável o imperativo. A barreira principal para atingir o objetivo de manter o aumento da temperatura global abaixo de dois graus Celsius é a aplicação já de seguida descrito como corolário negativo do que, por ter introduzido a ideia, chamei alhures a «Lei de Grayling», depois apresentada.

O segundo problema, a tecnologia, que nos seus aspetos benéficos é uma grande dádiva para a humanidade — e a maior parte dos seus aspetos são realmente benéficos — contém em si o potencial para ser uma fonte de perigo para os indivíduos e para a sociedade. Isto ocorre mais marcadamente na forma de alguns usos potenciais da IA (inteligência artificial) — nomeadamente, mas não apenas, em sistemas de armas, que se encontram já em desenvolvimento. Há muitas incompreensões sobre os tipos de riscos que a tecnologia pode acarretar; grande parte da ansiedade quanto à IA é deslocada e baseia-se em reações instintivas quanto ao que é simplesmente pouco conhecido. Mas os riscos reais são significativos, abrangendo das ameaças à privacidade individual à desestabilização das instituições democráticas e dos governos, passando pela rédea solta dada à intensificação imprevisível dos conflitos. É preciso um acordo de toda a humanidade para nos precavermos contra o

uso inapropriado do desenvolvimento tecnológico, porque, sem isso, os imperativos nacionais para não se ficar atrás na corrida tecnológica às armas serão irresistíveis.

Mas há outros desenvolvimentos tecnológicos, atualmente menos visíveis, que irão levantar questões éticas profundas: um exemplo de primeira linha são as tecnologias médicas. Os avanços na neurociência já oferecem a possibilidade de «detetores de mentiras» com base na monitorização do cérebro; e também o incremento cirúrgico e médico do controlo da emoção, do comportamento e da memória; a invasão da privacidade por meio do registo do conteúdo da ativação de circuitos neurais; e não só. Os avanços na engenharia genética e a investigação em células estaminais oferecem a possibilidade de modificar e melhorar os seres humanos, do útero à idade avançada. Essas melhorias estarão mais disponíveis aos ricos do que aos pobres; uma diversificação ao estilo de *O Admirável Mundo Novo* na linhagem humana poderá resultar inevitavelmente daí. Conquistar os défices do envelhecimento levanta questões quanto a populações muito idosas e saudáveis, e quanto ao impacto económico e social que isso terá, sendo este último ilustrado por questões como — para dar só um exemplo — as decisões sociais que será necessário tomar caso as mulheres possam continuar a ter filhos aos 80 ou 100 anos, e escolherem fazê-lo: será que ter filhos terá de ser racionado?

O terceiro problema, a justiça e os direitos, parece à primeira vista uma miscelânea: homossexualidade e sexualidade em geral; desigualdade de género; fé e secularização; os efeitos persistentes de imoralidades históricas como os genocídios e a escravatura; a lei, os direitos e a liberdade; a justiça económica. Mas estes são temas que ligam todos estes tópicos de aparência heterogénea, e enfrentá-los é crucial para a paz global, porque todos são bem conhecidos e suscitam frequentemente a discórdia. Dos três problemas, este parece a um tempo o menos urgente e o mais intratável, e talvez por essa razão é relativamente negligenciado quando se pensa sobre as respostas aos problemas do mundo. Mas de facto são as divisões e oposições nesta categoria que estão subjacentes à incapacidade para chegar a uma frente mundial unida para lidar apropriadamente com os outros problemas. Isto porque estas divisões estão subjacentes à relutância em ficar para trás na competição económica e militar, que por isso levantam obstáculos à cooperação internacional. É a esta categoria de justiça que pertencem os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável da ONU; estes objetivos são fundamentalmente acerca da justiça para toda a humanidade, e alcançá-los exige que se ultrapasse as fontes de divisão em questão.

As fontes de divisão e dificuldade no mundo têm duas raízes principais. Uma é uma lei de ação a que, como mencionei, chamo «Lei de Grayling»:

Tudo o que PODE ser feito SERÁ feito, se trouxer alguma vantagem ou lucro a quem puder fazê-lo.

Isto significa que os sistemas autónomos de armas, a engenharia genética de fetos, e as tecnologias que reduzem as liberdades civis, *serão* desenvolvidos, seja por organismos públicos, seja privados, que veem nelas proveito e lucro, ou que não querem arriscar-se a ficar para trás na corrida ao armamento da inovação tecnológica. Portanto, *irão* ocorrer, apesar de todos os esforços para evitá-los ou ilegalizá-los.

E há um corolário, igualmente negativo, que é o seguinte:

O que PODE ser feito NÃO o será, caso acarrete custos, económicos ou outros, a quem pode pôr-lhe cobro.

Isto inclui controlar a mudança climática provocada pela atividade humana, erradicar as doenças tropicais das regiões pobres do mundo, introduzir sistemas de democracia e liberdades civis e negar a concentração de poder nas mãos de interesses económicos ou ideológicos particulares.

Com efeito, esta lei com duas faces é uma lei do interesse próprio. O interesse próprio é racional quando é proporcional a outros cuidados, e quando é regido por princípios; quando é de curto prazo e se sabe que há quem poderá ser prejudicado, tem outros nomes — em ordem descendente de aceitabilidade: interesse próprio, vistas curtas, egoísmo, descaso, ganância.

A segunda raiz das dificuldades do mundo é a ideologia: ideologias políticas, sociais, morais e religiosas, compromissos com maneiras de pensar e agir que regem populações inteiras, ou grupos influentes no seu seio, de maneiras que podem distorcer, limitar e até ser perigosas. As fontes históricas da divisão tanto estão em conflitos de ideologia como também, se não até mais, na competição pela riqueza e pelo poder. Frequentemente, estas fontes de divisão alimentam-se entre si.

Para haver alguma probabilidade de encontrar maneiras de gerar um acordo universal sobre a maneira de enfrentar os problemas globais — ou pelo menos geri-los, caso não se resolvam — temos de enfrentar a questão subjacente dos valores. Essa é a parte difícil, tanto mais difícil por se confrontar com o desafio imenso do que as duas partes da «lei» do interesse próprio implicam e com as diferenças ideológicas fundamentais que separam estados e culturas. É aqui que temos de procurar a solução para os problemas globais. Mas mesmo com o espírito mais conciliatório de procurar soluções de compromisso que possam permitir uma solução global para os problemas do globo, há certos pontos de atrito que o tornam mais difícil. Aqui, não se consegue fugir ao desafio de tomar decisões difíceis quanto ao que é *moral*, de maneira que é preciso defendê-las com base em princípios, na esperança de persuadir aquelas pessoas cujas tradições e crenças os fazem não querer aceitá-las, ou talvez ser incapazes de aceitá-las, do seu próprio ponto de vista.

Isto significa que os próprios problemas têm de ser apropriadamente compreendidos. As generalizações sobre a mudança climática, a desigualdade, e a tecnologia são insuficientes para identificar onde as questões valorativas têm realmente impacto. Por isso, examino o que está em questão em cada uma das áreas dos desafios que enfrentamos, de modo a conseguir responder a perguntas destes tipos essenciais: «O que está aqui em questão, realmente? O que mais nos importa quanto ao que poderá ocorrer, e o que poderemos ter de fazer ou deixar de fazer para impedir que isso aconteça? De que precisamos em termos de garantia de que o nosso medo de que X não se realize se fizermos o Y que parece necessário para evitar/promover Z?»

Ou a humanidade faz algumas escolhas e aceita o desafio de vivê-las, ou as escolhas serão tomadas por nós pelas circunstâncias, demasiado tarde para que tenhamos qualquer palavra a dizer. Essa é a realidade simples, iniludível e perigosa que enfrentamos agora.

Uma ideia final: não é impossível que o sentimento mais triste exprimível em qualquer língua — «é demasiado tarde» — seja já verdadeiro. Estas páginas poderão estar a ser escritas num rescaldo que já está entre nós, mas ainda não foi reconhecido. Vê-se vários exemplos na história de mudanças irreversíveis que ocorreram antes de alguém ter compreendido que ocorreram, quanto mais antes de ter passado a oportunidade de evitar ou mitigar as suas consequências, ou de as

dirigir para direções mais positivas. Contudo, agir como se o pensássemos é derrotista. Temos de tentar até ao último momento e até à última pinga de sangue, tendo em mente aquelas pessoas que, com toda a probabilidade, irão herdar, com menos recursos, fardos mais pesados, devido ao que fizemos nós e os que vieram antes de nós.